



A DIALÉTICA SOCIEDADE-NATUREZA NAS TRANS-FORMAÇÕES DA PAISAGEM: CONSERVAÇÃO E USO DOS BUTIAZAIS NO LITORAL DE SANTA CATARINA, BRASIL

The society-nature dialectic in the landscape transformations: conservation and use of the butiazais on the coast of Santa Catarina, Brazil

La dialectica sociedad-naturaleza en las transformaciones del paisaje: conservación y uso de los palmares de butia en el litoral de Santa Catarina, Brasil

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v25.933>

Elisa Serena Gandolfo¹

Douglas Ladik Antunes²

Carmen Garcez³

Histórico do Artigo:

Recebido em 26 de maio de 2023

Aceito em 06 de setembro de 2023

Publicado em 07 de outubro de 2023


RESUMO

O *Butia catarinensis* é uma espécie de palmeira (família Arecaceae) endêmica e ameaçada de extinção, que se distribui de forma heterogênea formando butiazais, considerados ecossistemas diferenciados onde ocorre predominância de espécies do gênero *Butia*. Com base nos pressupostos teóricos da formação socioespacial e da ecologia histórica, este artigo tem como objetivo resgatar elementos da formação do município de Imbituba, com enfoque nas relações estabelecidas entre o modo de vida das sociedades ali existentes em distintos momentos históricos e os butiazais, buscando compreender a presença da espécie na atualidade como resultado das dinâmicas de ocupação do território. A partir de um levantamento bibliográfico e documental, e da realização de entrevistas semiestruturadas, pode-se concluir que o butiá tem historicamente um grande significado cultural e econômico para as comunidades locais, principalmente associado às atividades agrícolas, além de cumprir importante papel do ponto de vista ecológico. Em virtude desses aspectos, tornam-se cruciais

¹ Professora do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Campus Garopaba. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Email: lissarena@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0008-9389-7190>

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Email: douglas.antunes@udesc.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1270-0325>

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Email: garcez.carmen@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7560-3277>

os esforços de conservação da espécie, que devem considerar a dimensão das práticas associadas como indissociáveis de sua presença no território.

Palavras-Chave: *Butia catarinensis*. Ecologia Histórica. Formação Socioespacial.

ABSTRACT

Butia catarinensis is an endemic and endangered palm species (Arecaceae family), which is heterogeneously distributed forming butia forests, considered differentiated ecosystems where species of the genus *Butia* predominate. Based on the theoretical assumptions of socio-spatial formation and historical ecology, this article aims to rescue elements of the formation of the municipality of Imbituba, focusing on the relationships established between the way of life of the societies that existed there at different historical moments and the butia forests, seeking to understand the presence of the species today as a result of the dynamics of territorial occupation. From a bibliographic and documental survey, and semi-structured interviews, it can be concluded that the butia tree has historically had a great cultural and economic significance for local communities, mainly associated with agricultural activities, besides fulfilling an important role from the ecological point of view. In view of these aspects, conservation efforts of the species are crucial, which should consider the dimension of associated practices as inseparable from its presence in the territory.

Keywords: *Butia catarinensis*. Historical ecology. Socio-spatial formation.

RESUMEN

Butia catarinensis es una especie de palmera (familia Arecaceae) endémica y amenazada de extinción, que se distribuye heterogéneamente formando palmares de butia, considerados ecosistemas diferenciados donde predominan las especies del género *Butia*. A partir de los presupuestos teóricos de la formación socioespacial y de la ecología histórica, este artículo pretende rescatar elementos de la formación del municipio de Imbituba, centrándose en las relaciones establecidas entre el modo de vida de las sociedades que allí existieron en diferentes momentos históricos y los palmares de butia, buscando comprender la presencia de la especie en la actualidad como resultado de la dinámica de ocupación territorial. A partir de un relevamiento bibliográfico y documental y de entrevistas semiestructuradas, se puede concluir que el butiá ha tenido históricamente un gran significado cultural y económico para las comunidades locales, principalmente asociado a las actividades agropecuarias, además de cumplir un importante papel desde el punto de vista ecológico. Teniendo en cuenta estos aspectos, los esfuerzos de conservación de la especie son cruciales y deben considerar la dimensión de las prácticas asociadas como inseparables de su presencia en el territorio.

Palabras clave: *Butia catarinensis*. Ecología histórica. Formación socioespacial.

INTRODUÇÃO

As interações entre a sociedade e a natureza vão moldando o espaço ao longo do tempo, num processo contínuo de transformações que são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. De tal modo que a configuração de uma fração do espaço, em um dado momento, traz em si a história que o antecede e, concomitantemente, constitui-se no palco de seu desenvolvimento futuro. Milton Santos (2004) nos lembra que Engels, ao final do século XIX, já apontava o espaço geográfico como um elemento de formação da sociedade. Ao falar sobre o conceito das relações econômicas, o teórico prussiano considerava que elas se desenvolviam sobre uma base geográfica, onde se encontrariam os vestígios de fatos transmitidos dos estágios precedentes de desenvolvimento econômico. É dessa perspectiva que Santos (2004, p. 173) concebe o espaço como um testemunho: “ele

testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada”.

De fato, todas as transformações que ocorrem no espaço se expressam na paisagem, sob a forma de objetos reais-concretos. Mas é preciso considerar que paisagem não é a mesma coisa que espaço. Enquanto este sobrevive, por meio de suas formas, à passagem de todos os modos de produção, a paisagem é apenas o retrato de um momento específico, de uma porção da configuração territorial que podemos abarcar com a visão. Nas palavras de Santos (2017, p. 103), “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. Contudo, as formas, por si mesmas, não *fazem* nada, não têm nenhum valor. Elas só se tornam relevantes quando a sociedade lhes confere valor social. É por isso que devemos compreender a estrutura social em cada período histórico para observarmos não apenas as transformações dos elementos naturais em recursos sociais, como, também, a mudança que tais novos recursos, ou formas, sofrem no decorrer do tempo (SANTOS, 2020). Daí o autor argumentar que o espaço são as formas expressas na paisagem *mais* a sociedade, que lhes confere valor e sentido conforme a estrutura socioeconômica específica na qual se encontra. A paisagem, assim, é de grande utilidade para os estudos que examinam o espaço humano. Como a parte do espaço que percebemos sensorialmente, ela nos permite entendê-lo à medida que nos indica os sentidos das ações humanas ao longo da história.

Considerando essa relação dialética entre paisagem e sociedade, este artigo busca analisar a presença na atualidade de butiazais da espécie *Butia catarinensis* no município de Imbituba, localizado no litoral sul do estado de Santa Catarina. Mesmo que não se possa mais falar em “natureza primeira”, na medida em que toda a natureza foi modificada pela ação humana, podemos constatar a presença de áreas consideradas como espaço natural, ou natureza “conservada”. Os chamados espaços conservados também resultam de processos históricos, seja pelos modelos de ocupação e formas de uso da terra ou, mais recentemente, pela implementação da legislação ambiental e a interferência dos instrumentos de planejamento territorial, a exemplo dos planos diretores municipais e dos planos de manejo de unidades de conservação.

Tomando os referenciais da ecologia histórica e a categoria de formação socioespacial, objetivamos resgatar alguns aspectos da formação de Imbituba com enfoque nas relações estabelecidas entre os modos de vida das sociedades ali existentes, em distintos momentos históricos, e os butiazais. A ecologia histórica, descrita por Balée (2006) como um programa de pesquisa interdisciplinar que busca compreender as relações entre a formação dos ambientes locais e as sociedades humanas, além dos

efeitos dessas relações, contribui para o exame dos fatores e processos que influenciaram a configuração e a presença de espaços naturais em meio a paisagens rurais, urbanas ou na transição entre ambas. A categoria de formação socioespacial, por sua vez, que considera de forma integrada as dimensões econômica, social, espacial e temporal, agrega à análise a relação entre “a história da produção e a história do espaço humano” (SANTOS, 2004, p. 240).

Além desta introdução e das considerações finais, separamos o texto em outras quatro partes. Primeiramente, apresentamos o gênero *Butia* e a espécie *Butia catarinensis*, que ocorre no litoral do sul do Brasil, e os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o seu estudo. Em seguida, discorreremos sobre a sua participação no processo de formação socioespacial de Imbituba. A terceira parte é dedicada às distintas atividades produtivas de importância desenvolvidas na região e seus impactos sobre os butiazais. Por último, trazemos a situação de conservação dos butiazais na atualidade e as ações promovidas com vistas à sua permanência como elemento importante da cultura e da identidade local.

DO *BUTIA CATARINENSIS* E DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

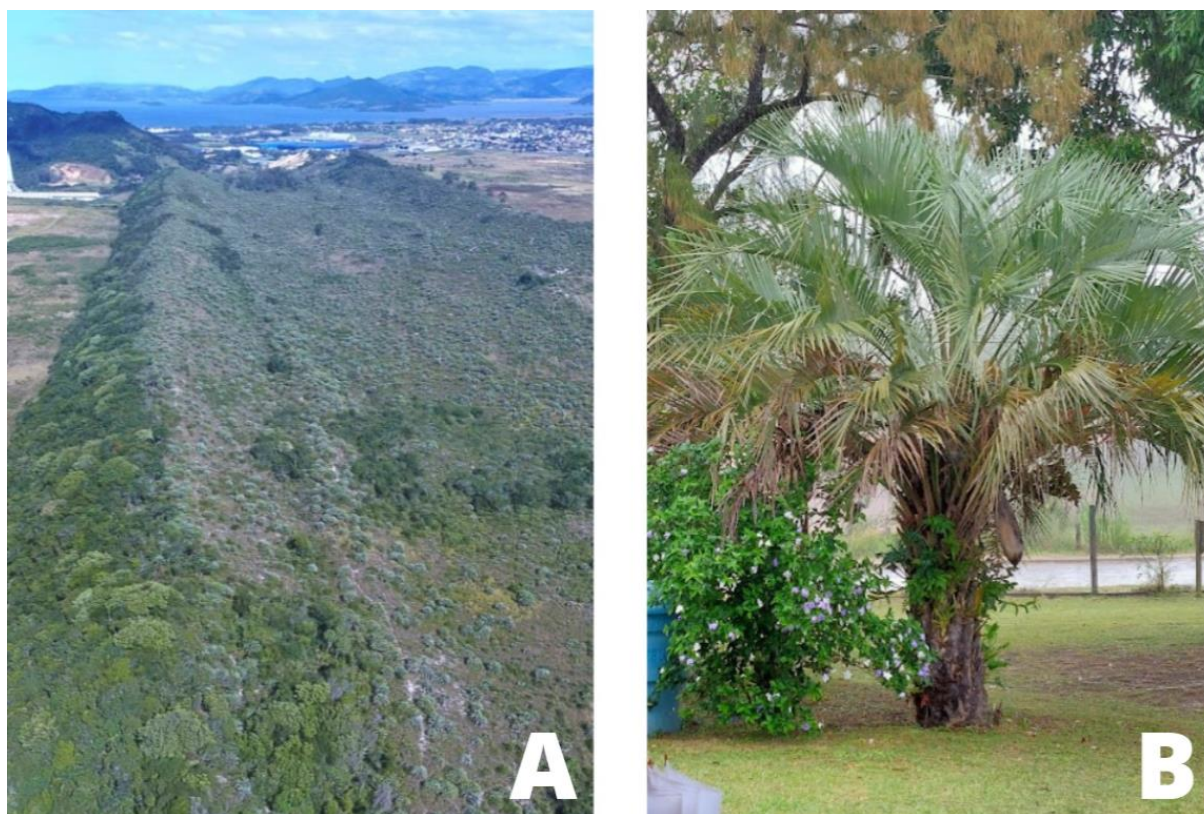
Tendo em vista a ocupação da zona costeira no Brasil, que abriga atualmente cerca de 24% da população residente do país (LINS-DE-BARRROS; HOYOS, 2021), o avanço sobre os ecossistemas locais torna-se preocupante tanto pela supressão de importantes serviços ecossistêmicos, quanto pelo impacto direto sobre a disponibilidade de recursos importantes para a manutenção dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais. As plantas sempre foram utilizadas como recursos para diversas finalidades. As palmeiras (família *Arecaceae*) se destacam como importante fonte de alimento e suas fibras são empregadas no artesanato, na construção, para o uso medicinal e como combustível (BALICK, 1984; KAHN, 1988; BALÉE, 1992; CAMPOS; EHRINGHAUS, 2003). A distribuição em aglomerados de certas espécies de palmeiras tem sido apontada como indício de paisagens antropogênicas, ou seja, aquelas que possuem interferência humana na definição de sua estrutura, em áreas de campos e florestas (BALÉE, 1989; RULL; MONTOYA, 2014).

Entre as palmeiras, destaca-se no sul do Brasil o gênero *Butia*, o qual compreende atualmente 20 espécies com distribuição restrita à América do Sul, 18 delas presentes no Brasil (NOBLICK, 2010). Diversas formas de uso são derivadas da extração de *Butia* spp.: como consumo do fruto *in natura*, na produção de sucos, licores, geleias, sorvetes, bolos e bombons, em trabalhos artesanais, cobertura de telhados, obtenção de fibra para fabricação de colchões e objetos de estofaria, ornamentação de jardins e quintais, entre outros (ROSA; CASTELLANI; REIS, 1998; BÜTTOW et al.,

2009; KUMAGAI; HANAZAKI, 2013a). Hoffman et al. (2014) enfatizam as potencialidades de espécies do gênero como recurso genético para as presentes e futuras gerações, apontando grande potencial para programas de bioprospecção, melhoramento, conservação e manejo.

O *Butia catarinensis* (ou, de forma abreviada, *B. catarinensis*), chamado popularmente de butiá-da-praia, é endêmico de partes do litoral centro-sul de Santa Catarina e do norte do Rio Grande do Sul. Sua distribuição é heterogênea, formando em alguns lugares aglomerados que constituem um ecossistema diferenciado dentro do ambiente de restinga, denominado *butiazal* (SOZINSKI JR. et al., 2019) (Figura 1). Atualmente o *B. catarinensis* consta na lista vermelha da flora ameaçada de extinção do estado de Santa Catarina, classificada como “em perigo”, o que significa que as evidências demonstram que enfrenta risco de extinção na natureza muito elevado (RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 51, de 5 de dezembro de 2014).

Figura 1: Butiazal localizado nos Areais da Ribanceira (Imbituba/SC) (A) e *Butia catarinensis* em quintal particular (B).



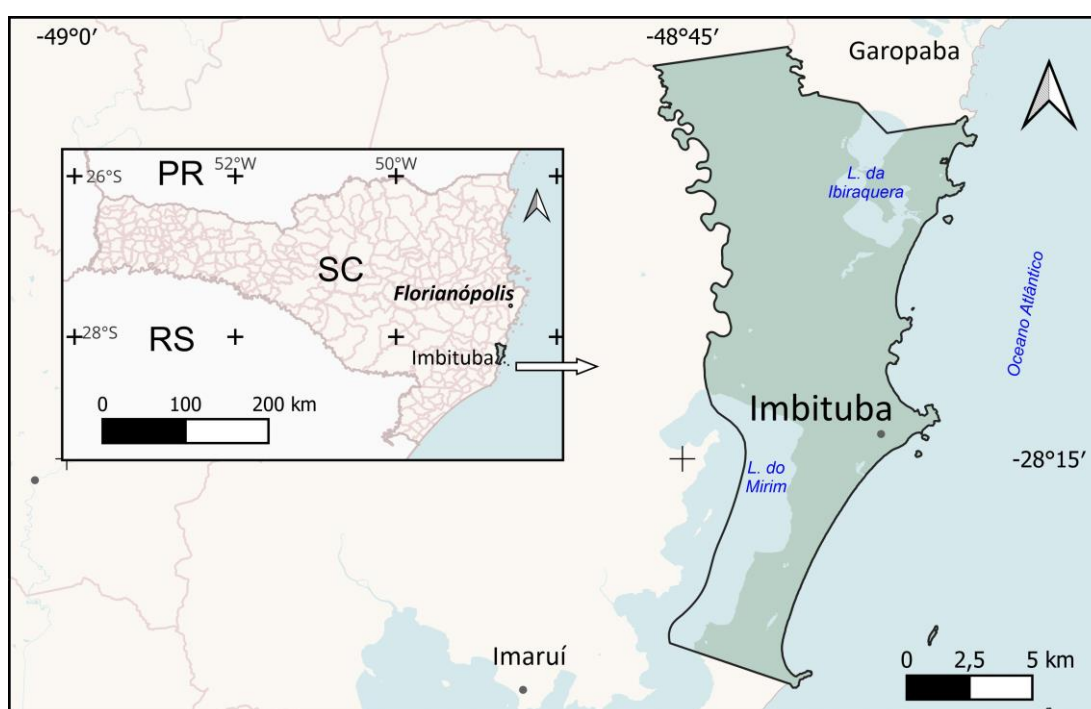
Fonte: A: Imagem aérea obtida em 2021 com uso de drone por J. H. Quoss. B: Arquivo pessoal (2022).

Além da importância ecológica dos ecossistemas de butiazais, o butiá também tem relevância econômica e cultural para as populações locais, que utilizam diferentes partes da planta para o artesanato e os frutos para a produção de alimentos, como doces, sorvetes, licores e geleias

(KUMAGAI; HANAZAKI, 2013a; KUMAGAI; HANAZAKI, 2013b). Os ecossistemas de butiazais mais expressivos do litoral de Santa Catarina encontram-se atualmente nos municípios de Imbituba e Laguna (distante 36 km ao sul de Imbituba). Nessas localidades, a perda de habitat, principal fator de ameaça ao *B. catarinensis*, está diretamente relacionada às atividades econômicas que ali se desenvolvem e realizam a supressão vegetal de grandes áreas, em coexistência com os grupos sociais que manejam o butiá e integram seu uso ao seu modo de vida.

A presença de butiazais em Imbituba foi analisada considerando a formação socioespacial do município, o que nos permitiu vê-la como resultado das dinâmicas de ocupação do território. Imbituba, situado na região litorânea a 96 km ao sul de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina (Figura 2), foi escolhido como local de pesquisa por possuir importantes remanescentes de butiazais e pela coexistência de espaços rurais e urbanos, entremeados por outras forças produtivas, como atividades portuárias e industriais, o que amplia as variáveis envolvidas na análise da dinâmica de ocupação do espaço. De acordo com o IBGE, o município tem uma população estimada para o ano de 2021 de 45.711 pessoas e área total de 181,577 km², com 32,66 km² de área urbanizada no ano de 2019⁴.

Figura 2: Localização do município de Imbituba (SC).



Fonte: Mapa elaborado em 2023 por J. H. Quoos.

⁴ Dados obtidos no IBGE Cidades (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/imbituba/panorama>, acessado em: 9 maio 2023).

Os procedimentos metodológicos para o entendimento da dinâmica socioeconômica na evolução do município, com foco no aproveitamento do butiá como recurso, foram: levantamento bibliográfico e documental sobre a história do município, saídas a campo e realização de entrevistas com a comunidade local. O trabalho de campo foi efetuado entre junho e dezembro de 2022, período durante o qual se colheu um total de 21 entrevistas⁵, realizadas a partir de um roteiro prévio semiestruturado com os seguintes sujeitos: 17 pessoas diretamente relacionadas à vivência prática com o butiá; 1 representante do poder público, na pessoa de dois analistas da Secretaria do Meio Ambiente (Sema) do município entrevistados em conjunto; 1 membro de um projeto socioambiental com atuação em prol da valorização do uso da palha de butiá para o artesanato; 1 representante de uma empresa localizada em área originalmente ocupada por butiazal e que atualmente desenvolve ações na área de “responsabilidade ambiental” envolvendo o plantio de mudas de butiá; e, por fim, 1 representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), envolvida na pesquisa e conservação de butiazais, com ações no município. Os resultados das entrevistas e das saídas a campo foram analisados de maneira a complementar as informações obtidas através do levantamento bibliográfico, situando as formas de relação das sociedades com os butiazais em cada momento histórico e buscando elementos que expliquem a dinâmica de uso e ocupação do solo e seus impactos sobre a espécie.

OS BUTIAZAIS NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE IMBITUBA

Ao tratar da formação econômica de Santa Catarina, Goularti Filho (2007) afirma a importância de lembrar que as terras catarinenses foram ocupadas por povos originários antes da chegada dos imigrantes europeus, muitos dos quais foram exterminados pela “lógica da colonização branca” (GOULARTI FILHO, 2007, p. 71). O litoral sul do estado tem vestígios de ocupação humana que remontam a pelo menos 8.500 anos AP⁶, sendo os vestígios mais antigos representados pelos sambaquis, caracterizados como montes de conchas e restos de plantas e animais, além de ossos humanos.

Os sambaquieiros, como são chamados atualmente os grupos humanos que construíram os sambaquis, são descritos na literatura como pescadores-coletores (*fisher-gatherers*) que utilizavam principalmente recursos marinhos, com preferência por moluscos. Entretanto, Scheel-Ybert e Boyadjian

⁵ A seleção dos entrevistados seguiu os seguintes critérios: para os 17 informantes “comunitários” foram escolhidas pessoas com mais de 50 anos, com envolvimento no uso do butiá e indicadas pelo reconhecimento de saberes sobre seus históricos de uso. Os outros 4 informantes foram selecionados por atuarem em instituições, públicas e privadas, que desenvolvem projetos relacionados ao butiá.

⁶AP: Antes do presente. Marcação de tempo utilizada em áreas da ciência que tratam de tempos passados, como geologia, arqueologia e paleontologia, tendo como base o ano de 1950.

(2020) apontam para evidências sobre o uso de plantas selvagens e domesticadas entre os sambaquieiros, demonstrando que tais grupos também praticavam a horticultura, e sugerem modificar o binômio para caracterização do sistema produtivo do grupo de pescadores-coletores para pescadores-horticultores (*fisher-gardeners*). A presença de frutos de palmeiras, os chamados “coquinhos”, é frequente nos resgates de material arqueológico dos sambaquis, porém a identificação das espécies ainda carece de precisão. Endocarpos de *Butia* sp. foram identificados em material do sítio arqueológico Jabuticabeira II, localizado no município de Jaguaruna em contexto funerário datado de 2.800 ± 80 anos AP (SCHEEL-YBERT; BOAYADJIAN, 2020).

Posteriormente, a partir de cerca de 1.000 anos AP, grupos ceramistas das tradições Taquara/Iitararé e Tupi-guarani passaram a habitar a região, sendo os registros relativos aos primeiros de sítios temporários, enquanto os registros sobre os Guarani são abundantes e demonstram que tais grupos ocupavam grandes porções da planície arenosa até o período pré-colonial (CAMPOS et al., 2013). Milheira e Deblasis (2011) relata que, através de registros históricos e arqueológicos, é possível constatar que o abandono dos territórios ocupados pelos Guarani se deu no limiar do período colonial, como resultado das investidas dos colonizadores na captura de indígenas para escravização e da disseminação de doenças contagiosas. No século XVII, a presença Guarani na região já era bastante escassa, embora tal fato seja contestado em região próxima, haja vista o interesse pela ocultação da presença desses povos (BARBOSA; ANTUNES; NUNES JÚNIOR, 2022).

De acordo com Costa (2016), o município de Imbituba possui 26 sítios arqueológicos registrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): 23 tipificados como sambaquis e três relacionados à tradição tupi-guarani. Quanto ao estado de conservação dos sítios arqueológicos de Imbituba, esse mesmo autor ressalta que se encontram bastante impactados por ações antrópicas e que carecem de caracterizações mais aprofundadas, o que representa uma lacuna nessa área de pesquisa.

Ao longo da segunda metade do século XVI e durante todo o século XVII, a região, ainda ocupada pelos indígenas Carijó⁷, foi passagem de navegadores espanhóis, de missões jesuíticas destinadas a catequizar os indígenas e de tentativas de ocupação por vicentistas oriundos do povoado de Laguna. Em carta jesuítica redigida pelo Padre Jerônimo Rodrigues sobre expedição realizada entre 1605 e 1607, além da constatação da presença reduzida de indígenas no território, encontra-se a seguinte descrição do ambiente natural e da oferta de alimento:

⁷ Segundo Barbosa, Antunes e Nunes Júnior (2022, p. 112-113), “diversos mapas históricos, geográficos ou etnográficos sinalizam a presença Guarani na região empregando uma multiplicidade de designações como Carijós, Cariós, Patos, Arachane etc.”.

Em todas estas 50 léguas não (há) terra preta, nem vermelha, nem cá a vi, tudo são areais e de areia mui miuda. E ainda que há algumas serras e oiteiros, também são de areia, mas dá tudo o que lhe prantam. E como as árvores são pequenas e pau mole, facilmente fazem sua roça, a qual, acabante de a queimarem, logo prantam, sem fazerem coibara nem fazerem covas pera a mandiiba; mas com o cabo de cunha, com que derribaram a roça, fazem um buraquinho no chão e alí metem o pau da mandiiba; e muitas vezes sem lhe fazerem buraco. E pera uma índia meter um pau na terra dá sete e oito e mais pancadas com ele na terra; e, assim machucado e ferido, o mete. Tem o ano repartido em quatro partes, scilicet três meses comem milho, outros três favas e abóboras, outros três alguma mandioca, e os outros três comem farinha de uma certa palmeirinha, que é assaz de fome e miséria (LEITE, 1940, p. 230).

A descrição do ambiente, característico pelo solo arenoso, leva a inferir que a palmeirinha citada na passagem seria provavelmente o *Butia catarinensis*, considerando-se sua baixa estatura e a frutificação durante os meses de verão, em revezamento com as demais culturas. A farinha mencionada pode ser produzida pelos frutos ou pela amêndoa (endocarpo) dos coquinhos, cujo consumo foi relatado pela maioria dos informantes comunitários durante a pesquisa (14 dos 17 entrevistados citaram o consumo do “coquinho”, principalmente como lembrança de infância). Em levantamento sobre as plantas do bioma Mata Atlântica no litoral sul de Santa Catarina utilizadas pelos Guarani, Pereira et al. (2016) reafirmam a utilização do butiá pelos indígenas, o qual recebe a denominação de *jata’i* na língua guarani.

Foi em meados do século XVIII que a região passou a ser povoada por imigrantes europeus, mediante esforços da Coroa Portuguesa para ocupação do Brasil meridional com vistas a proteger o acesso à região platina. Nesse período, foram encaminhadas levadas de casais de imigrantes provenientes dos arquipélagos da Madeira e dos Açores para diversos pontos do litoral catarinense, tendo a colonização de Laguna lançado as bases para a colonização de Imbituba. Em um primeiro momento, os açorianos recém-chegados foram divididos em três grupos, um deles ficando em Laguna e os outros dois levados a Vila Nova e a Mirim, localidades atualmente pertencentes ao município de Imbituba.

O acesso ao mar e às lagoas costeiras favoreceu a vocação para a pesca já trazida pelos imigrantes açorianos, que passaram a desenvolver atividades de agricultura e pesca principalmente voltadas à subsistência. Durante um período, o plantio de mandioca só adquiria importância econômica para a exportação quando ocorria o fracasso em safras de outras regiões; já a pesca, a partir da introdução da salga do peixe, passou a ser uma das atividades básicas da economia catarinense. Posteriormente, a produção de farinha de mandioca passou a ser a principal fonte de renda dos agricultores. Seu plantio era feito principalmente na planície, em solo arenoso – originalmente coberto por vegetação de restinga – e outras culturas, como feijão, amendoim, batata e abóbora, se espalhavam em menores porções sobre os embasamentos cristalinos, com solo argiloso e coberto por Floresta Ombrófila Densa. A ampliação das áreas de plantio, associada ao sistema de divisão das terras nas

famílias geralmente numerosas, no qual cada filho que casava recebia uma porção do terreno, levou ao esgotamento do solo e à conseqüente queda na produtividade, induzindo a migração de parte dos açorianos para as cidades próximas em busca de complementação da renda familiar (NEU, 2003).

Relatos de viajantes do século XIX descrevem a presença dos butiazais na planície arenosa como uma formação diferenciada. August de Saint-Hilaire, naturalista francês que passou pela região em 1820, descreve o butiá como “o mais notável de todos os vegetais que se encontravam na planície arenosa” (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 204). Tendo percorrido áreas entre os atuais municípios de Garopaba e Imbituba, enfatiza a presença de grande quantidade de butiás, muito próximos uns dos outros e entremeados por arbustos e subarbustos. Robert Avé-Lallement, que em 1858 esteve em viagem pela mesma área, descreve que entre as roças de mandioca “só um vegetal ficou indene com todas as culturas. Recordando-se a extensão da superfície – não devem ser menos de seis milhas quadradas – pode dizer-se que nela crescem milhões de palmeiras. [...] Chamam-lhe ‘butiá de vinagre’” (AVÉ-LALLEMENT, 1980, p. 33).

Em análise da paisagem da região norte do município de Imbituba, no entorno da Lagoa de Ibiraquera, Freitas e Beltrame (2012) identificaram que até 1957 grande parte da cobertura vegetal nativa da área já havia desaparecido em decorrência do uso do solo para atividades agrícolas e pastagens, as quais declinaram posteriormente devido às mudanças provocadas pela construção da BR-101 e a chegada do turismo. De acordo com entrevistados, durante a primeira metade do século XX, até a década de 1960, a palha de butiá – como é chamada a folha extraída da planta – tinha muito valor para os agricultores locais, uma vez que era vendida em fardos para a produção de estofados, sendo sua colheita a principal fonte de renda na entressafra de outras culturas. A palha era colhida em propriedades privadas com butiazais, numa atividade que envolvia toda a família, e por vezes os proprietários também liberavam a mesma área para outras pessoas da comunidade. Na colheita se retiravam todas as folhas de cada indivíduo da espécie, que depois voltavam a crescer até a safra seguinte. As folhas eram organizadas em fardos e vendidas para atravessadores ou diretamente aos engenhos, também chamados “rodas de butiá”, onde eram desfibradas e com seus fios se produzia a “crina” de butiá, posteriormente “exportada” para outras localidades para a produção de estofados, utilizados tanto na fabricação de colchões e sofás como na indústria automobilística. De acordo com o entrevistado 21⁸ (75 anos), todos os colchões do hospital de Imbituba foram confeccionados com palha doada pela comunidade.

⁸ Os nomes dos entrevistados foram omitidos para a preservação de suas identidades. A numeração segue a ordem cronológica da realização das entrevistas.

Outra atividade importante e que envolve principalmente as mulheres, relatada pelas entrevistadas 2 (65 anos), 4 (52 anos), 12 (59 anos), 13 (82 anos) e 18 (88 anos), foi a confecção de chapéus com a palha de butiá. Como os agricultores ficavam muito expostos ao sol, o chapéu era um item essencial ao trabalho. A entrevistada 4 chegou a utilizar a expressão metafórica para enfatizar a importância da atividade: “Algumas mulheres se vestiram com a palha de butiá” – significando que obtiveram toda sua renda a partir da venda desse produto. O valor dado à palha de butiá nesse período histórico garantiu a permanência de butiazais entre as áreas de roça, os quais ainda hoje estão presentes em alguns locais.

Em relação aos frutos, seu uso no passado se restringia à alimentação eventual durante os percursos rotineiros, como entre a casa e a roça, por vezes colhidos para fabricação caseira de suco para o consumo familiar ou para curtir com aguardente. A cachaça com butiá, como é chamada popularmente, era um produto de troca, especialmente para a aquisição de pescados nos ranchos de pesca da região (OLIVEIRA, 2020).

Na próxima seção, fazemos alguns apontamentos sobre outras atividades socioeconômicas com participação considerável na configuração territorial de Imituba.

O CONVÍVIO COM OUTRAS FORÇAS PRODUTIVAS

Em paralelo à agricultura e à pesca, o acesso ao mar rendeu ao município de Imituba o desenvolvimento de outra atividade produtiva, no início bastante lucrativa e que significou uma nova forma de organização e divisão do trabalho: a caça da baleia-franca (*Eubalaena australis*). A atividade se expandiu em diversos pontos do litoral catarinense nas últimas décadas do século XVIII, do mesmo modo que vinha ocorrendo em outros estados brasileiros desde o início do século XVII, uma vez que a implantação de armações baleeiras foi outorgada como monopólio pelo governo da Coroa a particulares que investiram na construção de estruturas, na compra da mão de obra escrava e contratação de pessoal especializado.

As armações de Imituba e Garopaba, município vizinho ao norte, foram as últimas a serem instaladas no país, respectivamente em 1796 e 1795. O monopólio da caça à baleia foi abolido pelo Alvará Régio de 1801, que também decretou o fim do estanco do sal, mas a atividade perdurou em Imituba até 1960. Porém, ainda no século XIX passara a ser cada vez menos lucrativa, em decorrência tanto da substituição do óleo de baleia por querosene como pelo escasseamento dos animais, que deixaram de aparecer na costa catarinense (NEU, 2003). A baleia-franca passou a ser novamente avistada na região somente a partir da década de 1980, quando as populações do cetáceo começaram

a aumentar gradativamente. Atualmente protegida por lei, a baleia-franca passou a girar outra forma de economia, impulsionando o turismo de inverno, assunto que será discutido mais adiante. Desde o ano 2000 toda a faixa de mar adjacente ao município de Imbituba faz parte da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca⁹, Unidade de Conservação de Uso Sustentável Federal que tem como principal objetivo a conservação da espécie.

Imbituba também foi fortemente impactada pela produção carbonífera da região e seu sistema de transporte, que contou com o Porto de Imbituba como um importante modal. A descoberta do carvão no sul de Santa Catarina em meados do século XIX, principalmente na região de Criciúma e arredores, deu início a uma nova etapa do desenvolvimento econômico de toda a região envolvida no complexo carbonífero, da qual Imbituba passou a fazer parte a partir da construção da Ferrovia Tereza Cristina. A princípio financiada por capital inglês, a ferrovia tinha como objetivo escoar o carvão extraído por meio do transporte marítimo (GOULARTI FILHO, 2007).

A enseada que abrigava a armação baleeira em Imbituba apresentava características de um porto natural, onde navios ancoravam para se abastecer de carregamentos. Porém, por ser exposto aos ventos norte e nordeste, em condições climáticas desfavoráveis os navios não conseguiam aportar para movimentação de cargas. Goularti Filho (2010) comenta que em 12 meses apenas, durante a construção da ferrovia, quatro navios trazendo materiais naufragaram na enseada de Imbituba. Já o porto de Laguna, outro município vizinho já citado, não dispunha de profundidade na entrada da barra para receber navios de grande calado. A chegada do empresário carioca Henrique Lage, da Companhia Lage & Irmãos, cujas empresas já haviam angariado vasta experiência no transporte de cargas, possibilitou as melhorias necessárias no Porto de Imbituba, que após o declínio das atividades portuárias de Laguna passou a ser o único porto carbonífero do país (NEU, 2003; GOULARTI FILHO, 2010).

As atividades do Porto de Imbituba oscilaram entre diversos momentos de expansão e declínio, seguindo as dinâmicas da economia nacional e internacional, tendo sua fase mais expressiva impulsionada pela estratégia do governo federal de substituição de importações frente à redução do parque industrial europeu no contexto da Primeira Guerra Mundial (NEU, 2003; GOULARTI FILHO, 2007).¹⁰ A rápida expansão das atividades relacionadas ao escoamento do carvão, que envolve outras

⁹ A APA da Baleia Franca foi criada por Decreto Federal (de 14 de setembro de 2000) e possui área total de 154.867,40 hectares que se estende do sul do município de Florianópolis ao sul do município de Balneário Rincão. Essa unidade de conservação compreende predominantemente o ambiente marinho, mas também o terrestre – incluindo partes da área em estudo.

¹⁰ Leis governamentais estimularam o consumo de carvão nacional, e a indústria carbonífera brasileira teve sua sobrevivência e expansão garantidas, com Santa Catarina ocupando lugar de destaque (ao lado do Rio Grande do Sul) por abrigar importantes reservas, especialmente no sul do estado. O carvão catarinense também é considerado o de melhor qualidade do país.

operações de apoio e mão de obra especializada, fez com que o território mudasse sua configuração, com estruturas urbanas específicas como “vilas operárias, casas para os administradores, olarias, ferrarias, oficinas, [...] e granja para o abastecimento de navios” (NEU, 2003, p. 69). A nova cidade foi construída principalmente sobre área de planície arenosa, na porção central do município, em área adjacente ao porto e cruzada pela ferrovia. Os entrevistados 8 (84 anos) e 10 (95 anos) disseram que fardos de crina de butiá eram exportados para outros estados a partir do Porto de Imbituba, mas tal informação carece de mais evidências. O que se pode afirmar é que a presença do porto trouxe uma nova dinâmica ao lugar, impulsionando a urbanização, o crescimento demográfico e a implantação de novas atividades econômicas.

Em paralelo às atividades portuárias de escoamento do carvão, entre 1917 e 1919 foi criada a primeira indústria cerâmica do estado de Santa Catarina, a Cerâmica Imbituba S.A. (ICISA), para suprir as necessidades do porto e da cidade em expansão. Por seu lado, o fabrico da cerâmica demandou grandes quantidades da matéria-prima da zona carbonífera e a indústria foi considerada a principal na cidade, com o emprego de mais de 1.000 funcionários no final da década de 1980. Porém, com a modernização da produção, o número de funcionários declinou consideravelmente na década de 1990 (NEU, 2003). A abertura dos mercados resultantes das políticas neoliberais do final do século XX, além de dificuldades internas, fizeram com que a ICISA decretasse falência em 2009 e toda a sua estrutura foi demolida em 2016. Foi relatado pela entrevistada 13 (82 anos), artesã produtora de chapéus, que o movimento gerado pelo porto e pela cerâmica criou uma demanda por produtos locais, levando jovens e crianças na década de 1950 a venderem frutos de árvores nativas – como o butiá, o tucum e o araçá – aos trabalhadores dessas empresas.

Outro momento importante na urbanização da área central de Imbituba foi a instalação da Indústria Carboquímica Catarinense (ICC). Como contrapartida da criação do que seria futuramente um complexo industrial, foram implementadas obras de melhoria na infraestrutura da cidade e do porto, como abastecimento de água e energia, acesso asfáltico e abertura de agências bancárias. As obras da ICC tiveram início na década de 1970, impulsionadas pela necessidade de abastecer o mercado interno de enxofre, o qual seria extraído da pirita carbonosa recuperada no processo de beneficiamento do carvão, além de outros produtos. O local onde a indústria foi construída, em área contígua ao porto, abrigava alguns engenhos de farinha de mandioca e sua desapropriação produziu reflexo direto na diminuição da quantidade de exportação do produto, que havia tomado maiores dimensões ao longo do tempo. De acordo com os entrevistados 16 (74 anos) e 21 (75 anos), a área ocupada pela ICC também abrigava

grande quantidade de butiás, podendo ser caracterizada como um butiazal. A presença de butiás ainda hoje é notável no entorno da indústria abandonada.

A ICC entrou em funcionamento em 1979, produzindo ácido sulfúrico e ácido fosfórico (MORAES, 2004). Assim que suas operações tiveram início, a cidade passou a sentir os efeitos do lançamento de óxido de ferro pelas chaminés, que não possuíam sistema de filtragem e pintavam de vermelho todo o entorno da empresa. Casas, ruas, veículos e até roupas no varal eram tingidas pelo que os habitantes chamavam de “maldição do pó vermelho” (MORAES, 2004). Os rejeitos da indústria, acumulando-se em seus pátios, também se tornaram mais um passivo ambiental na região central da cidade, entre os quais se destacavam principalmente o gesso e o óxido de ferro. A indústria funcionou por uma década, mas com a queda dos preços do ácido fosfórico, cuja importação foi liberada pelo governo federal, foi liquidada em janeiro de 1994 (NEU, 2003).

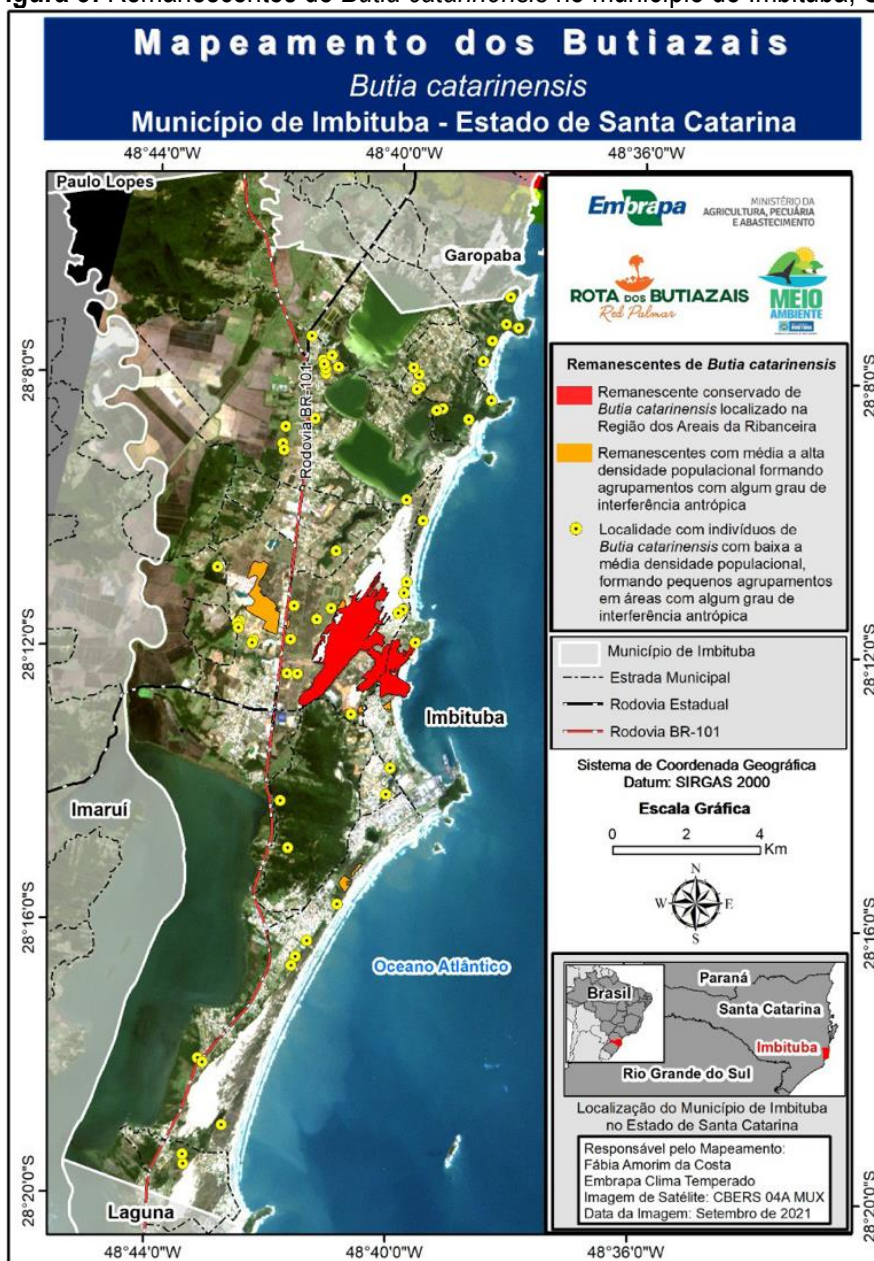
O tripé que desenvolveu industrialmente Imbituba como centro urbano no século XX, portocerâmica-ICC, entrou em decadência na década de 1990 levando a cidade a passar por momentos de crise econômica, com o aumento do desemprego e a migração de parte de seus habitantes para outras localidades em busca de alternativas de emprego e renda. A fim de minimizar a crise, os governos estadual e federal, juntamente com a municipalidade, criaram o projeto da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em função da proximidade entre o porto e a rodovia BR-101, então em processo de duplicação. A ZPE é uma área de livre comércio destinada à produção de bens para importação. O projeto foi criado em 1994, mas devido a uma série de dificuldades ainda não foi implementando. Em 2022 houve um processo licitatório do governo do estado para a construção de um condomínio industrial de 59.000 m², com previsão de implantação a partir de 2023.

Após a crise do carvão, o porto ficou com boa parte de sua estrutura ociosa, precisando ser reestruturado para novas atividades. Atualmente realiza movimentação de granéis líquidos, granéis sólidos (incluindo grãos agrícolas), carga geral e contêineres. As últimas indústrias a se fixarem no município foram a Votorantim Cimentos, que entrou em operação em 2012 e além da moagem de cimento realizada na unidade é responsável por um terminal de escoamento do produto no porto; e a Sulgesso, empresa que utiliza os rejeitos acumulados da ICC na produção de fertilizantes. A Sulgesso foi responsável por um grande transplante de butiás, no qual 1.300 indivíduos da planta foram transferidos de sua área de operação para uma área adjacente.

Cabe destacar que as duas empresas mencionadas e a ZPE localizam-se no entorno da área onde se concentra o maior butiazal do município (Figura 3), principal local de coleta de frutos para os extrativistas, e isso significa que se trata de uma área em disputa. A comunidade de agricultores

locais, representada pela Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi), e o setor empresarial travam uma luta judicial desde o início dos anos 1970, quando o governo do estado, a partir do Plano de Desenvolvimento Integrado de Imbituba (PPDI), criou a Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (Codisc) visando a desapropriação de terras consideradas de utilidade pública para implantação de complexo industrial, urbanização e sistema viário. À medida que as terras foram sendo desapropriadas, sem nenhuma consulta à comunidade local que delas fazia uso secular – inclusive com títulos em cartório –, procedia-se a sua venda a empresas privadas, iniciando o processo de desterritorialização e privatização do território tradicionalmente ocupado (OLIVEIRA, 2020).

Figura 3: Remanescentes de *Butia catarinensis* no município de Imbituba, SC.



Fonte: Costa et al. (2022).

A partir da década de 1970, concomitante à expansão industrial e portuária, o município de Imbituba passou a ser visitado por turistas devido às melhorias nas vias de acesso e à conclusão da pavimentação do trecho catarinense da BR-101, consolidando-se como destino turístico nas décadas subsequentes. As belezas naturais, as praias, as lagoas e a prática de esportes, em especial o surfe, atraem turistas de diversos locais do Brasil e do mundo. A Praia do Rosa, por exemplo, é considerada parte do Clube das 30 Baías Mais Belas do Mundo, chancelado pela Unesco. O número de pousadas, hotéis e casas de veraneio cresce a cada ano e altera a paisagem dos espaços até então ocupados por roças, pastos e vegetação nativa. De acordo com Freitas e Beltrame (2012), entre 1957 e 2008 a área utilizada para agricultura no entorno da Lagoa da Ibiraquera teve um decréscimo de cerca de 70% e as pastagens de 24%, enquanto as áreas urbanizadas, praticamente inexistentes até 1978, tiveram um crescimento de 18,2% no mesmo período, sofrendo um aumento significativo nos últimos anos, principalmente após a grande expansão imobiliária ocorrida durante a pandemia de COVID-19.

Embora uma atividade que atrai investimentos e gira a economia, o turismo também gera passivos sociais e ambientais. A sazonalidade é um dos desafios enfrentados pela atividade turística na região. Durante a temporada de verão são criados diversos postos de trabalho, atraindo pessoas de outras regiões, mas no inverno a atividade diminui consideravelmente e as taxas de desemprego crescem proporcionalmente. Estratégias são criadas para tentar desenvolver o turismo de inverno, e a presença das baleias-francas entre os meses de junho e setembro é um atrativo que vem sendo explorado nesse sentido. Frente a esse cenário de expansão urbana, valorização da terra e crescimento do setor imobiliário, as atividades agrícolas, as roças e os butiazais vão cedendo espaço para novas vias, construções e empreendimentos. Hoje coexistem no município as atividades de agricultura e pesca, as atividades portuárias, a industrial, o turismo e o comércio de bens e serviços.

BUTIAZAIS NO CONTEXTO ATUAL: ASPECTOS CULTURAIS, ECONÔMICOS E DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A presença dos remanescentes de butiazais vincula-se ao contexto histórico de ocupação do território, marcado por uma cultura de pescadores e agricultores, ainda que sua importância e seus usos tenham se transformado. A palha do butiá hoje é utilizada na produção de artesanato dirigido a projetos de valorização de saberes e fomento à economia local, como o Projeto Costa Butiá, subsidiado com recursos privados de compensação ambiental do Porto de Imbituba, e às ações do grupo de mulheres Flores da Restinga, da Acordi. Os frutos são extraídos para a produção de polpa, utilizada na fabricação de sucos, sorvetes, geleias, licores, entre outros produtos alimentícios, de onde provêm a

renda principal ou secundária de diversas famílias da região – a despeito de o extrativismo ser uma atividade informal e sem regulamentação específica (WERNER-MARTINS; FREITAS, 2023).

A preocupação com a conservação dos butiazais tomou maiores proporções e tornou-se tema de discussões no município a partir de 2014, quando o *Butia catarinensis* passou a integrar a lista das espécies da flora ameaçadas de extinção do estado de Santa Catarina, vindo a ser protegido por legislação específica. O artigo 27 do Código Florestal (Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012) determina que sejam feitas ações compensatórias e mitigadoras para assegurar a conservação de espécies ameaçadas de extinção quando ocorre a supressão de vegetação para uso alternativo do solo. Ainda, a Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 6.905, de 12 de fevereiro de 1998), em seu capítulo 5, sessão II, “Dos crimes contra a flora”, art. 53, estabelece que os crimes possuem pena agravada nos casos em que forem cometidos contra espécies raras ou ameaçadas de extinção. Tais regulamentações fizeram com que o poder público municipal, na figura da Secretaria do Meio Ambiente, criasse também regulamentações específicas para o licenciamento de atividades em áreas de ocorrência de butiazais, como normas para o transplante de indivíduos e obrigação de plantio de novos indivíduos no caso de perdas irreparáveis.

A partir desse momento, novas ações coletivas e articulações institucionais entraram em cena, em especial o movimento SOS *Butia catarinensis*, criado por membros da comunidade local preocupados com a preservação da espécie, em especial no combate contra as queimadas ilegais em área de butiazal; o movimento Slow Food, que criou em seu campo de atuação a “Fortaleza do Butiá do Litoral Catarinense”, com o intuito de valorizar a espécie na cultura agroalimentar; e a Rota dos Butiazais, projeto da Embrapa Clima Temperado que tem o objetivo de conectar áreas de ocorrência de espécies de *Butia* no Brasil, Argentina e Uruguai para promoção de esforços de conservação e uso sustentável (BARBIERI; SOSINSKI; DA COSTA, 2017). Em 2016, o Território Serramar¹¹, do qual o município de Imbituba faz parte, passou a integrar a Rota dos Butiazais (PERUCCHI; SANTOS; COELHO-DE-SOUZA, 2018), e em 2017 ocorreu no município o IV Seminário da Rota dos Butiazais, junto ao Curso de Manejo e Conservação de Butiazais, promovido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Além da importância econômica, como recurso, e ecológica, como representante da biodiversidade endêmica e ameaçada de extinção, o butiá ainda possui grande importância na cultura material da comunidade local. Sua presença é marcante em trabalhos realizados na comunidade dos

¹¹ Segundo Perucchi, Santos e Coelho-de-Souza (2018, p. 69), “o Território Serramar compreende 34 municípios localizados no sudeste do estado de Santa Catarina, no bioma Mata Atlântica, que compreende um conjunto diversificado de tipos de ambientes, sendo a restinga um dos ecossistemas associados a este domínio”.

Areais da Ribanceira, articulada de forma indissociável a outras atividades realizadas na região como o cultivo de mandioca, a extração de ervas medicinais e a pesca artesanal (MOMBELLI, 2013; KUMAGAI; HANAZAKI, 2013a; KUMAGAI; HANAZAKI, 2013b; OLIVEIRA; MARTINS; ANTUNES, 2020). Nas palavras da entrevistada 1 (55 anos), liderança comunitária de Ibraquera, o butiá é:

Uma árvore muito linda, muito importante, [com importância] paisagística, econômica, um símbolo da nossa comunidade na verdade, porque ela é totalmente endêmica, não tem em outros lugares por aí. Isso é nosso, é Catarina, é a nossa marca eu acho, um patrimônio catarinense com certeza, eu não tenho dúvida disso, não tem nada que se compare a ele, que nos identifique tanto.

O ecossistema de butiazal, tal qual se apresenta na atualidade, é resultado dos processos históricos até aqui descritos. A compreensão dos fatores que influenciam a composição e a manutenção dos ecossistemas é o tema central da ecologia histórica (BALÉE; ERICKSON, 2006) e contribui para uma análise integradora dos butiazais como sistemas socioecológicos (WERNER-MARTINS; FREITAS, 2023). O manejo realizado historicamente nas áreas de butiazais é um fato determinante na distribuição e composição dos butiazais. Além de terem sido protegidos por seu valor econômico na época da colheita de folhas para produção de crina vegetal, butiás eram mantidos entre as roças com função de cortavento, como relatado pelo entrevistado 16 (74 anos), e como cerca-viva nas extremas das propriedades, conforme a entrevistada 2 (65 anos). Com o abandono das roças em alguns locais, os butiazais voltaram a se expandir nos terrenos desocupados, agora alvo de especulação imobiliária.

Considerar sua presença no processo de formação socioespacial do município, em meio às diversas forças que atuam na composição do território, é essencial para a análise das transformações na paisagem de acordo com sua forma e função. Como apontado por Santos (2014, p. 69), “a localização das diversas forças produtivas (e de suas frações ou classes) muda a cada período histórico: cada lugar representa, a cada momento histórico, uma associação de atividades qualitativa e quantitativamente diferentes”.

Para complementar nossa análise, citamos novamente Milton Santos, em sua seguinte formulação:

Em cada um de seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição de seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas (SANTOS, 2017, p. 140).

As formas herdadas do passado, às quais Santos chamou de “rugosidades”, adquirem novos valores no presente. A própria necessidade de conservação do ecossistema, advinda do risco de extinção da espécie, pode ser considerada um valor emergente, característico do momento atual, assim

como o valor econômico da coleta de frutos, atividade invisibilizada em meio aos arranjos produtivos locais, como exposto por Werner-Martins e Freitas (2023). A consideração da espécie como parte da identidade da comunidade local também é fruto dos processos históricos e traz consigo um novo valor, o da planta como patrimônio natural do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva da ecologia histórica, que inclui a ação humana para a compreensão da estrutura e composição dos ecossistemas de butiazais, junto com a compreensão da formação socioespacial do território, permite o estabelecimento de uma visão integrada das forças que atuaram nas mudanças da paisagem ao longo do tempo. Enquanto a descrição da formação socioespacial traz uma maior compreensão sobre a configuração do espaço através da atuação das forças produtivas, o enfoque da ecologia histórica na construção da paisagem, levando em consideração as ações antrópicas na formação dos ecossistemas, complementa a análise.

Os butiazais e as práticas relacionadas ao ecossistema não podem ser considerados de forma isolada, uma vez que fazem parte de um sistema indissociável, relacionando-se com o modo de vida das famílias que tradicionalmente ocupam o território e resistem em meio às pressões exercidas por um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e alheio às práticas tradicionais construídas localmente. As atividades portuárias, o crescimento urbano e as atividades industriais configuram-se como potenciais ameaças aos ecossistemas de butiazais e, conseqüentemente, às atividades econômicas relacionadas ao extrativismo de frutos e folhas.

Ainda que ações como o planejamento de corredores ecológicos e de áreas de proteção municipais sejam fundamentais, como sugerido por Werner-Martins e Freitas (2023), é necessário considerar as práticas historicamente construídas pela relação das comunidades locais com os butiazais, e inserir na pauta a necessidade de criação de instrumentos de proteção que integrem a conservação e o uso sustentável de tais ambientes, com participação efetiva das comunidades diretamente atingidas, principalmente os agricultores e extrativistas, muitas vezes invisibilizados nas discussões sobre planejamento territorial.

REFERÊNCIAS

- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo (1858)**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- BALÉE, William. The culture of Amazonian forests. **Advances in Economic Botany**, v. 7, p. 1-22, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43927542>. Acesso em: 14 maio 2023.
- BALÉE, William. People of the fallow: a historical ecology of foraging in lowland South America. In: REDFORD, K. H.; PADOCH, C. (eds.) **Conservation of Neotropical Forests**. New York: Columbia University Press, 1992. p. 35-57.
- BALÉE, William. The Research Program of Historical Ecology. **Annual Review of Anthropology**, n. 35, p. 75-98, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.35.081705.123231>
- BALÉE, William; ERICKSON, Clark L. Time, complexity, and historical ecology. In: BALÉE, William; ERICKSON, Clark L. (Eds.), **Time and complexity in historical ecology: studies in the neotropical lowlands**. New York: Columbia University Press, 2006. p. 1-20. Disponível em: https://repository.upenn.edu/anthro_papers/15/. Acesso em: 13 maio 2023.
- BALICK, Michael J. Ethnobotany of palms in the neotropics. **Advances in Economic Botany**, v. 1, p. 9-23, 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43931365>. Acesso em: 14 maio 2023.
- BARBIERI, Rosa Lia; SOSINSKI JR., Enio Egon; DA COSTA, Fábila Amorim. **Rota dos butiazais**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2017.
- BARBOSA, João Mítia Antunha; ANTUNES, Douglas Ladik; NUNES JÚNIOR, Orivaldo. Presença, ocultação e permanência: os Guarani da Região Metropolitana de Florianópolis. **Campo-Território – Revista de Geografia Agrária**, v. 17, n. 46, p. 107-130, ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT174605>
- BÜTTOW, Miriam V.; BARBIERI, Rosa L.; NEITZKE, Raquel S.; HEIDEN, Gustavo. Conhecimento tradicional associado ao uso de butiás (*Butia* spp., *Arecaceae*) no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 31, p. 1.069-1.075, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-29452009000400021>
- CAMPOS, Maria T.; EHRINGHAUS, Chistiane. Plant virtues are in the eyes of the beholders: comparison of known palm uses among indigenous and folk communities of southwestern Amazonia. **Economic Botany**, v. 57, n. 3, p. 324-344, 2003. Disponível em: [https://link.springer.com/article/10.1663/0013-0001\(2003\)057\[0324:PVAITE\]2.0.CO;2](https://link.springer.com/article/10.1663/0013-0001(2003)057[0324:PVAITE]2.0.CO;2). Acesso em: 14 maio 2023.
- COSTA, Viegas F. **Turismo arqueológico e desenvolvimento sustentável: a possibilidade de aproveitamento do patrimônio arqueológico pré-colonial dos municípios de Garopaba, Imaruí e Imbituba (SC) para a promoção do desenvolvimento sustentável na região**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.
- COSTA, Fábila A. da; BARBIERI, Rosa Lia; SOZINSKI JR., Ênio E.; MARCHI, Marene. **Subsídios para conservação in situ: mapeamento dos remanescentes de *Butia catarinensis* em Imbituba, SC**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2022.
- FREITAS, Rodrigo R; BELTRAME, Angela V. Mudanças no uso e cobertura da terra do entorno da Lagoa de Ibiraquera (Santa Catarina, Brasil) no período de 1957 a 2011. **Geosul**, v. 27, n. 54, p. 77-98, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2012v27n54p77>
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- GOULARTI FILHO, Alcides. O porto de Imbituba na formação do complexo carbonífero catarinense. **Revista de História Regional**, v. 15, n. 2, p. 235-262, 2010.
- HOFFMAN, Jessica F.; BARBIERI, Rosa L.; ROMBALDI, Cesar V.; CHAVES, Fábio C. *Butia* spp. (Arecaceae): An overview. **Scientia Horticulturae**, n. 179, p. 122-131, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.scienta.2014.08.011>

KAHN, Francis. Ecology of economically important palms in Peruvian Amazonia. **Advances in Economic Botany**, n. 6, p. 42-49, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43927517>. Acesso em: 14 maio 2023.

KUMAGAI, Leonardo; HANAZAKI, Natalia. Economic botany of an endemic palm species (*Butia catarinensis* Noblick & Lorenzi) in Southern Brazil. **Ethnobotany Research & Applications**, v. 11, p. 143-152, 2013a. Disponível em: <https://ethnobotanyjournal.org/index.php/era/article/view/800/512>. Acesso em: 14 maio 2023.

KUMAGAI, Leonardo; HANAZAKI, Natalia. Ethnobotanical and ethnoecological study of *Butia catarinensis* Noblick & Lorenzi: contributions to the conservation of an endangered area in southern Brazil. **Acta Botanica Brasilica**, v. 27, n. 1, p. 13-20, 2013b. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-33062013000100002>.

LEITE, Serafim. **Novas cartas jesuíticas**: de Nóbrega a Vieira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

LINS-DE-BARROS, F. M.; HOYOS, G. Distribuição populacional e abrangência espacial dos instrumentos de gestão na zona costeira do Brasil: avanços, lacunas e desafios. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 33, p. 98-127, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2021.v17i33.11555>

MILHEIRA, Rafael G.; DEBLASIS, Paulo. O território guarani no litoral sul-catarinense: ocupação e abandono no limiar do período colonial. **Revista de Arqueologia Americana**, n. 29, p. 148-182, 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23350381>. Acesso em: 14 maio 2023.

MOMBELLI, R. Comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira, Imbituba (SC): desenvolvimento, territorialidade e construção de direitos. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 18, n. 35, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/6457>. Acesso em: 13 maio 2023.

MORAES, Fábio F. A Indústria Carboquímica Catarinense (ICC): uma solução ou um problema. In: GOULARTI FILHO, Alcides. **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

NEU, Marcia F. R. **Porto de Imbituba**: de armação baleeira a porto carbonífero. Tubarão: Editora Unisul, 2003.

NOBLICK, Larry R. *Butia*. In: LORENZI, Henri; NOBLICK, Larry R.; KAHN, F.; FERREIRA, E. (eds.). **Flora brasileira**: Arecaceae (palmeiras). Instituto Plantarum: Nova Odessa, 2010.

OLIVEIRA, Elisa Q. **Desterritorialização e resistência nos Areais da Ribanceira**: a busca de uma comunidade tradicional pelo direito a terra em Imbituba-SC, 2022. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

OLIVEIRA, Elisa Q.; MARTINS, Pedro; ANTUNES, Douglas L. Areais da Ribanceira: comunidade tradicional e território em Imbituba – SC. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, p. 175-194, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2020v8n1p175-194>

PEREIRA, Giovana S.; NOELLI, Francisco S.; CAMPOS, Juliano B.; SANTOS, Marcos P.; ZOCICHE, Jairo J. Ecologia histórica Guarani: as plantas utilizadas no Bioma Mata Atlântica do litoral sul de Santa Catarina, Brasil (Parte 1). **Cadernos do LEPAARQ**, v. 13, n. 26, p. 197-246, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15210/lepaarq.v13i26.7608>

PERUCCHI, Loyvana C.; SANTOS, Antonio; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. Panorama geral do extrativismo do *Butia catarinensis* nos butiazais das restingas do Território Rural Serramar, Santa Catarina: comercialização, conservação e segurança alimentar e nutricional. In: II ENCONTRO INTERNACIONAL DA ROTA DOS BUTIAZAI: ALIMENTO, ÁGUA E ENERGIA EM CONEXÃO COM A HISTÓRIA E A CULTURA, Pelotas, 2018. **Anais [...]**, Pelotas: UFRGS, 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/195655/001091042.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 maio 2023.

RESOLUÇÃO CONSEMA Nº 51, de 5 de dezembro de 2014. Reconhece a Lista Oficial das Espécies da Flora Ameaçada de Extinção no Estado de Santa Catarina. In: **IMA – Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina**. Disponível em: <https://www.ima.sc.gov.br/index.php/downloads/biodiversidade/flora/2436-lista-da-flora-ameacada-de-extincao-em-sc-resolucao-consema-n-51-2014>. Acesso em: 2 maio 2023.

ROSA, Liége; CASTELLANI, Tania T.; REIS, Ademir. Biologia reprodutiva de *Butia capitata* (Martius) Beccari var. odorata (Palmae) na restinga do município de Laguna, SC. **Brazilian Journal of Botany**, v. 21, n. 3, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-84041998000300007>

RULL, Valentí; MONTOYA, Encarni. Mauritia flexuosa palm swamp communities: natural or human-made? A palynological study of the Gran Sabana region (northern South America) within a neotropical context. **Quaternary Science Reviews**, v. 99, n. 1, p. 17-33, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.quascirev.2014.06.007>

SAINT-HILLAIRE, Auguste de. **Viagem à Província de Santa Catharina (1820)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/140/1/58%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 17 maio 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 3. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., 9. reimpr. São Paulo: Edusp, 2017.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5. ed., 3. reimpr. São Paulo: Edusp, 2020.

SHEEL-YBERT, Rita; BOYADJIAN, Célia. Gardens on the coast: considerations on food production by Brazilian shellmound builders. **Journal of Anthropological Archaeology**, n. 60, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2020.101211>

SOSINSKI JR, Ênio E.; URRUTH, Leonardo M.; BARBIERI, Rosa L.; MARCHI, Marene M.; MARTENS, Silvano G. On the ecological recognition of *Butia* palm groves as integral ecosystems: why do we need to widen the legal protection and the in situ/on-farm conservation approaches? **Land Use Policy**, v. 81, p. 124-130, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.10.041>

WERNER-MARTINS, João F. O.; FREITAS, Rodrigo R. Environmental governance of butiazais (*Butia catarinensis*) on the south coast of Brazil. **Ocean and Coastal Management**, n. 239, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2023.106614>